

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

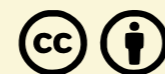
Temas Livres

v.31 n.2

Jul-Dez/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS
Cleusa dos Santos UFRJ
Paula Ferreira Poncioni UFRJ
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Paul Klee (1879-1940)
Sem Título, 1914 (The MET Museum / Rawpixel).

Sumário

	Apresentação	221	
	<i>Andrea Moraes Alves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Elementos introdutórios para pensar sobre o Exército Industrial de Reserva no Brasil	223	 Você está aqui.
	<i>Hiago Trindade</i>		
	Serviço Social nas transformações societárias: “viradas” de uma profissão centenária	243	
	<i>Caroline Magalhães Lima</i>		
	Cotidiano e ontologia do ser social no pensamento de Lukács: reflexões introdutórias	270	
	<i>Mônica Brun Beveder</i>		
	Carlos Nelson Coutinho, György Lukács e a reavaliação das vanguardas	292	
	<i>Rafael da Rocha Massuia</i>		
	Conflitos envolvendo quilombolas no Rio Grande do Sul: entre raça, classe e território	315	
	<i>Adriane Cristina Benedetti & José Carlos Gomes dos Anjos</i>		
	Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade	341	
	<i>Mailiz Garibotti Lusa</i>		
	Feminismos e a emancipação da América Latina	366	
	<i>Maria Amoras, Solange Maria Gayoso da Costa & Natália Aguiar de Barros</i>		
	Deficiência e Cuidado: a experiência das mulheres no contexto do Zika Vírus	391	
	<i>Gabriela Carneiro Peixinho</i>		
	Guerreiras de luta: mulheres assistentes sociais e luta pelos direitos dos idosos	415	
	<i>Beatrice Limoeiro</i>		
RESENHA	Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX, de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj	440	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Elementos introdutórios para pensar sobre o Exército Industrial de Reserva no Brasil

**Exército Industrial de Reserva
Trabalho
Precarização
Brasil**

Neste artigo, a partir de revisão de literatura, pesquisa documental e utilização de dados secundários, buscamos oferecer algumas pistas capazes de nos permitir avançar no entendimento de como as camadas do Exército Industrial de Reserva (EIR) se expressam na realidade brasileira e os tipos de sujeitos e de formas de inserção laboral que a dinamizam. Concluímos indicando que a expansão do EIR vem se dando acompanhada pela generalização da precarização laboral e, conformando, no Brasil, uma nova morfologia da classe trabalhadora.

Hiago Trindade

Docente no curso de Serviço Social da UFCG, doutor em serviço social UFRJ.
hiagolira@hotmail.com

Introductory elements to think about
the Industrial Reserve Army in Brazil

In this article, based on literature review, documentary research and use of secondary data, we seek to offer some clues capable of allowing us to advance in understanding how the layers of the Industrial Reserve Army (EIR) are expressed in the Brazilian reality and the types of subjects and forms of work insertion that dynamize it. We conclude by indicating that the expansion of the EIR has been accompanied by the generalization of job insecurity and has been conforming a new morphology of the working class in Brazil.

**Reserve Industrial Army
Work
Precariousness
Brazil**





Introdução

Neste artigo, partimos do entendimento segundo o qual, na contemporaneidade, o Exército Industrial de Reserva (EIR) cumpre uma função decisiva para a manutenção do modo de produção capitalista. Se esse entendimento é verdadeiro – como acreditamos –, torna-se evidente que, atualmente, um conjunto de proletários continua a compor e dinamizar esse universo de trabalhadores desempregados, pois o capitalismo também persiste se (re)produzindo.

Contudo, o fato de o Exército Industrial de Reserva ser mantido em concomitância com a (re)produção do capital não significa que ele irá se manter, indiferenciadamente, nos distintos lastros temporais. Assim, diante do quadro de complexificação e de sucessivas e intensas transformações processadas pelo modo de produção capitalista na sociedade, necessitamos ponderar a necessidade histórica de reexaminar o fenômeno do EIR à luz das novas determinações despontadas nesse momento histórico.

Após realizar um levantamento dos estudos disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES, Granato Neto (2013) concluiu que as produções teóricas voltadas para compreender o EIR e suas camadas são bastante escassas. E, a partir dos materiais examinados, encontrou duas tendências gerais norteando o debate, quais sejam: ou os trabalhos se limitam a descrever as camadas flutuante, latente e estagnada do EIR única e exclusivamente a partir da caracterização feita por Marx ou, num outro extremo, são atravessados por equívocos e confusões teóricas que dificultam uma compreensão mais consistente da realidade.

Nessa direção, a constatação de Granato Neto (2013) nos defronta com o desafio de atualizar e enriquecer os debates que alimentam a teoria e o método marxiano. Dessa forma, é preciso debruçar-nos no entendimento da estrutura de classes em geral e, mais precisamente, do EIR, partindo das premissas marxianas clássicas, mas sem perder de vista as alterações processadas na realidade, pois elas *modificam a inserção da classe trabalhadora nas diversas camadas do EIR*.

Assim, neste artigo, sem a pretensão de esgotar os debates nesse campo temático, realizamos um *esforço aproximativo* para oferecer algumas pistas capazes de nos permitir avançar



no entendimento de como as camadas do EIR se expressam na realidade brasileira e os tipos de sujeitos e de formas de inserção laboral que a dinamizam.

Para tanto, do ponto de vista metodológico, realizamos revisão de literatura, a partir do diálogo com importantes autores da tradição marxista, a exemplo de Marx (1989), Harvey (2013), Barros (2018). Nessa esteira, também realizamos pesquisa documental, por meio da qual nos voltamos a análise do documento intitulado “*Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil*”, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para apresentar um conjunto de dados importantes sobre a situação da classe trabalhadora no Brasil. Além disso, com o intuito de ilustrar melhor os segmentos de trabalhadores, recorreremos a dados secundários, oriundos de pesquisas publicizadas no Brasil, dentre as quais podem-se destacar: Telles (2011), Durães (2011) e Bezerra (2017).

Esperamos que o texto possa alimentar novos debates nesse campo e, igualmente, contribuir para pensar sobre as especificidades do trabalho e da nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil.

Notas sobre o Exército Industrial de Reserva

Ao tematizar acerca da denominada *Lei Geral de Acumulação Capitalista*, Marx (1989) fornece elementos imprescindíveis para nos permitir assimilar as determinações e as condições históricas do surgimento do Exército Industrial de Reserva, bem como sua funcionalidade para a manutenção das bases de sustentação do modo de produção capitalista.

Em suas incursões teóricas, o pensador alemão enfatiza que todo processo produtivo está pautado em determinada configuração da *composição orgânica* e que a mesma sofre variações no embalo dos sucessivos períodos históricos¹. Nessa direção, o índice de emprego existente em determinada época é balizado pela “magnitude da parte variável do capital” e não por sua grandeza global (MARX, 1989). Em verdade, ainda que a expansão desse capital global ocorra e incorpore trabalhadores, o fará sempre numa grandeza de escala progressivamente menor a cada época transcorrida, gerando a imagem de um vertiginoso crescimento da população trabalhadora, tida como “excessiva” se tomada em

comparação com a quantidade dos postos de trabalho existentes e com a possibilidade concreta desses postos absorverem força de trabalho.

Assim, a existência de uma população “sobrante” constitui mesmo uma marca evidente do modo de produção capitalista. Como bem elucida Marx, em uma de suas célebres citações:

[...] A verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 1989, p. 731).

Não precisamos nos deter com maior profundidade na explicitação de que esta população é excedente, única e exclusivamente, aos interesses do capitalista. Por certo, se a lógica a permear a produção e reprodução da vida social estivesse associada aos interesses da genericidade humana, depreenderíamos que o desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela humanidade deveria significar a possibilidade de reduzir o tempo de trabalho executado por cada sujeito e não a intensificação quantitativa e qualitativa do labor realizado pelos homens e mulheres que conseguem manter seu posto de trabalho. Em síntese, significaria mais tempo livre para desenvolver as capacidades e potencialidades humanas e não a perpetuação de uma vida enclausurada à fábrica!

Além de desvendar os mecanismos de conformação do EIR, Marx (1989) também procurou descortinar as formas concretas de existência desse sujeito e, para isso, operou uma demarcação a partir de três camadas principais², quais sejam: flutuante, latente e estagnada.

Para categorizar a população flutuante, o pensador alemão remete-se à indústria moderna e, assim, percebe o movimento de inserção e saída constante desses trabalhadores dos principais ramos produtivos da época, inclusive daqueles sujeitos que estão em melhor situação. Esta camada seria caracterizada pelos “[...] trabalhadores que ora são repelidos, ora são atraídos em quantidade maior” (MARX, 1989, p. 743).

Poderíamos afirmar que os trabalhadores a engrossar a camada supracitada apresentam um conjunto de qualidades e atributos



de evidente interesse por parte do capital. Em seus escritos, Marx ilustra essa situação trazendo a tona o papel desempenhado pelos meninos e rapazes. Assim, enquanto encontram-se nessa faixa etária, são incorporados ao ciclo de produção do capital. Mas, ao atingirem a fase adulta, são rapidamente dispensados e, desta feita, adentram e passam a dinamizar a camada flutuante do EIR (MARX, 1989).

Mas, não nos esqueçamos da afirmação disseminada por Marx e Engels (2010): o capital quer fazer o mundo à sua imagem e semelhança. Por isso, ontem e hoje ele se alastra como uma praga por todas as regiões do globo terrestre, levando consigo sua lógica de reprodução e seus metabolismos de segunda ordem, nos termos de Mészáros (2011). Nesse sentido, o espaço agrário não está imune aos interesses burgueses e não tarda para que ele avance em sua direção. A cada passo dado, o trabalhador rural é fortemente impactado e é nesse processo que podemos pensar na estruturação da camada latente do EIR. Ela é composta pelos sujeitos que “[...] encontra[m]-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a esta transferência (manufatura aqui significa todas as indústrias não-agrícolas).” (MARX, 1989, p. 746).

Em outras palavras, são os trabalhadores do campo que passam a ser progressivamente desnecessários por decorrência do desenvolvimento da lógica capitalista nesse espaço. De resto, esgotadas todas as possibilidades de viver no campo (nas áreas mais tradicionais ou mesmo naquelas em que o capital demora a aportar), procuram remediar sua situação caminhando em direção às cidades.

Debruçando-se sobre esse conjunto de sujeitos, Rosa Luxemburgo (s/a) destaca que esses trabalhadores não estão ligados a nenhum setor industrial determinado, atuando, portanto, como reserva de todos eles. Ademais, para esses trabalhadores, quaisquer ramos produtivos em que se aventurem entrar, apresentam apenas as requisições mínimas, podendo-se, por isso mesmo, ser caracterizados como “trabalhadores simples”.

Por sua vez, a camada estagnada é, na acepção de Marx (1989), composta por aqueles trabalhadores que não estão diretamente inseridos no processo produtivo, mas que possuem determinadas



ocupações irregulares, sobremaneira sob a forma de trabalho doméstico. Como realça Rosa Luxemburgo, esse setor “constituye la amplia base de la industria domiciliaria y actúa en general, por así decirlo, entre bastidores, detrás del escenario oficial de la industria” (s/a, p. 143).

Por sua condição extremamente desfavorável, segue anotando Marx, esta camada constitui presa fácil para o capitalista, que não reluta em empregar os mais eficazes meios e forma para explorá-la. Cumpre ressaltar ainda que, dentre as três camadas, esta é a que mais se avoluma com o desenvolvimento capitalista (MARX, 1989). Outrossim, se podemos inferir que esta camada é a que resguarda as piores condições de vida e existência, se tomarmos por referência os lugares que ocupam as demais camadas supramencionadas, chegaremos a uma conclusão precisa: enquanto perdurar o modo de produção capitalista, viveremos no reino da miséria e do pauperismo. Afinal, esta é a lei geral da acumulação capitalista desvendada por Marx: nesse sistema, a riqueza é produzida na mesma escala em que se amplia a miséria.

O Exército Industrial de Reserva e a realidade brasileira: aproximações

Para o esforço aproximativo de pensar sobre o EIR na realidade brasileira, precisamos ter em mente que esse segmento é fortemente marcado pelas dimensões de heterogeneidade da classe trabalhadora e, também, por determinada fluidez entre as camadas que o constituem. Trata-se mesmo de pensar que as camadas flutuante, latente e estagnada se inscrevem em uma linha bastante tênue, onde é possível afirmar a proximidade entre elas, sem diminuir ou excluir as diferenças e particularidades que resguardam. E, por estas camadas, os trabalhadores brasileiros transitam constantemente, vivenciando situações diversas, experimentando graus diversificados de precarização e múltiplas formas de resistência.

Em um esforço relativamente recente, David Harvey (2013) estudou as camadas do EIR à luz das transformações contemporâneas, tecendo caminhos para mapear os sujeitos que dinamizam cada uma delas. No que concerne à camada flutuante, enfatizou o geógrafo que:

Em termos atuais, a superpopulação flutuante equivale mais ou menos ao conjunto de desempregados, tal como são quantificados nas estatísticas de desemprego, além daqueles classificados como subempregados ou trabalhadores desmotivados (HARVEY, 2013, p. 267).

Como alude Harvey (2013), observar as estatísticas de desemprego e suas variações é importante para compreendermos a configuração da camada flutuante do EIR. Isso porque, a partir das próprias tendências e da dinâmica do modo de produção capitalista, é inconteste situar o alargamento do desemprego, que avança expulsando um contingente cada vez maior de trabalhadores de suas atividades empregatícias. Ao passo em que isso ocorre, homens e mulheres se põem à procura de novas oportunidades de trabalho – e esta busca pode levar mais ou menos tempo, a depender dos contornos adquiridos pelas crises capitalistas na realidade atual, bem como de outras determinações sociopolíticas e econômicas.

Assim, esse momento de busca de novas “oportunidades” é geralmente marcado pela inserção dos trabalhadores em diferentes tipos de ocupações, que têm em comum o fato de degradarem, ainda mais, suas condições de vida e existência. Como enfatiza Barros: “Para compensar esse período mais prolongado à espera de uma nova oportunidade no mercado de trabalho, a solução paliativa é a submissão do trabalhador às formas precárias, principalmente pelos contratos temporários” (BARROS, 2018, p. 218).

É nesse contexto que podemos observar o papel cumprido pela reforma trabalhista³ no Brasil, configurando-se enquanto resposta aos efeitos da crise capitalista aqui instalada, pois permite ampliar ainda mais a inserção dos trabalhadores nas formas de trabalho precário, flexível, sem garantias e sem direitos. E possibilita, ainda, como decorrência direta, ampliar as margens de exploração desses trabalhadores. Assim, as formas de trabalho intermitente, terceirizado e pejotizado/autônomo, em seus novos marcos sociojurídicos, constituem-se em uma forma de “saída” do desemprego, saída esta que não possui um caráter pontual ou efêmero, mas, sim, inscreve-se em lapsos temporais cada vez mais largos.

Partindo da pista apresentada por David Harvey (2013), poderíamos averiguar junto aos órgãos estatísticos do Brasil,

especialmente no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados⁴ concernentes aos níveis de desemprego e de subocupação (incluindo-se os trabalhadores em situação de desalento), para, a partir daí, compreender melhor como se desenha a camada flutuante do EIR no Brasil.

Os trabalhadores subocupados demarcam o conjunto de homens e mulheres inseridos em relações de trabalho, exercendo jornadas laborais reduzidas, e que desejariam (e têm condições para) trabalhar mais horas que aquelas efetivamente cumpridas. De acordo com o IBGE, no primeiro trimestre de 2019, esses sujeitos somavam cerca de 6,8 milhões (IBGE, 2019). Ressalte-se que, com a flexibilização da contratação dos trabalhadores ajuizada pela reforma trabalhista, sobremaneira a partir da regulamentação do trabalho intermitente, é possível atestar a *predominância da subocupação como tendência geral que marcará a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro* e, portanto, acreditamos que este quantitativo tenderá a elevar-se com a realização das próximas pesquisas.

Assim, a expressiva quantidade de trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas é, em geral, acompanhada da inserção desses sujeitos em formas de trabalho precário, como aludimos anteriormente. Sobre esta afirmação, o processo de uberização do trabalho a alastrar-se de maneira incontrolável parece ser uma boa evidência. Recentes estudos realizados nas mais diversas regiões do Brasil (Cf. entre outros, BEZERRA, 2017; SILVA, 2018; MODA, 2019) apontam, como elemento em comum para explicitar a adesão dos motoristas a esse tipo de trabalho, dois fatores centrais, a saber: alternativa ao desemprego e complemento de renda.

É certo que, para muitos trabalhadores, a utilização do aplicativo Uber constitui exclusiva ocupação e, conseqüentemente, a única fonte de rendimentos. Mas, as pesquisas acima referenciadas mostram-nos que, para outros sujeitos, o trabalho a partir desta plataforma representa uma possibilidade de complemento de renda. Nesse último caso, a complementação da renda pode se realizar justamente pela insuficiência de horas despendidas em outros trabalhos ou ainda por sua baixa remuneração, levando-nos a pensar que o alastramento da adesão ao Uber revela um processo de subutilização e subocupação da força de trabalho no Brasil.

Por fim, para demarcar a noção de subutilização, o IBGE ainda faz referência ao indicador da *força de trabalho em potencial* que, em linhas gerais, expressa “[...] o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho” (IBGE, 2019, s/p). Este segmento aglutinava o total 8,2 milhões de trabalhadores.

Do quantitativo total da força de trabalho em potencial, 4,8 milhões foram classificados como “desmotivados”, ou seja, como pessoas que, a despeito de estarem disponíveis para o trabalho, por um conjunto de fatores e dificuldades, não mais se dedicam a procura de novos postos empregatícios. É interessante que os trabalhadores desalentados ou desmotivados componham nossa análise, exatamente porque isso nos possibilita atestar a existência de uma força de trabalho com notáveis dificuldades de inserção no mercado de trabalho, confirmando a reflexão de Giovanni Alves, quando enfatiza: “Para uma parcela crescente da força de trabalho não ocupada, o ‘tempo de parada’ se inverteu na ‘parada no tempo’” (2016, p. 63).

Acrescentando-se aos números acima indicados o quantitativo dos 13,4 milhões de trabalhadores desempregados, chegaríamos ao *quantitativo aproximado* de 26,4 milhões de trabalhadores dinamizando a camada flutuante do EIR, o que corresponde a quase 17% do total da força de trabalho brasileira⁵.

Dando continuidade à nossa análise sobre as camadas do EIR e como já fizemos saber anteriormente, a *superpopulação latente* era constituída, na época em que Marx escreveu *O capital*, sobretudo pelos trabalhadores camponeses que se deslocavam para as cidades em busca de emprego. No momento atual, esses trabalhadores continuam tendo um papel importante para entendermos essa camada do EIR – e um exemplo disso pode ser encontrado observando-se o caso dos trabalhadores camponeses que, correntemente, são mobilizados para o emprego em áreas urbano-industriais na China⁶.

Ao mesmo instante, contudo, as transformações operadas no modo de produção capitalista têm provocado reconfigurações nessa camada, principalmente a partir da proletarização de parcelas de trabalhadores diversas, como indica David Harvey (2013), referindo-se desde os setores pequenos burgueses (uma



tendência, inclusive, já apontada por Marx e Engels em seu *Manifesto Comunista*), até o conjunto de profissionais liberais. Apontam, igualmente, a utilização da força de trabalho feminina, a qual já vem se avolumando desde o século XX, como destaca Barros (2018).

O capital se expandiu por todo o mundo, adentrou em todas as regiões e espaços e, em cada uma deles, implantou sua lógica de reprodução social. Isso significa pensar na necessidade de um contingente de trabalhadores em escala global e constantemente disponíveis para criar mercadorias com vistas à valorização do valor. Em resumo: se o capital é um sistema global, também necessita de uma força de trabalho global à sua disposição.

Em suas reflexões, Félix (2018) evidencia a importância da constituição de um exército global em permanente disposição para o capital. O autor indica a necessidade de pensarmos na conformação de um padrão de circulação da força de trabalho em consonância com as transformações desencadeadas pela *acumulação flexível*, donde então apresenta a noção de uma “[...] classe trabalhadora de reserva em circulação constante” (FÉLIX, 2018, p. 136).

É nesse contexto que podemos enxergar a formação de um exército global de reserva constituído, como indica Harvey (2012), sem muitas barreiras geográficas. Ainda na esteira das reflexões do geógrafo britânico,

[...] a reserva latente tem uma composição geográfica muito diferente [da camada flutuante]. *Ela está potencialmente disponível em todos os lugares, e a geopolítica de acesso a ela mediante práticas imperialistas e coloniais pode ter um papel significativo* (HARVEY, 2013, p. 267-8 – grifos nossos).

Não à toa, Harvey (2013) aponta que esta camada do EIR é “enorme e diversa”. Todavia, dentre esse conjunto de sujeitos, queremos chamar especial atenção para o lugar ocupado pelo *trabalhador imigrante*. De acordo com Barros (2018), trata-se de um contingente de trabalhadores facilmente mobilizado e, por isso mesmo, mostra-se extremamente funcional ao capital. Diz o autor:

Além da ampla mobilização do contingente feminino, o processo migratório de enormes grupos populacionais também tem sido útil a manutenção de uma extensa massa de despossuídos, que pelas





condições objetivas de vida em que se encontram estão dispostos a aceitar qualquer forma de emprego oferecido. *O deslocamento de populações de áreas com baixíssimos níveis de vida ou em conflito, para regiões que requerem força de trabalho pauperizada, é um movimento que cumpre a função com similitude ao desempenhado pela superpopulação latente* (BARROS, 2018, p. 214 – grifos nossos).

Assim, não é casual que os países recebam expressivo contingente de trabalhadores imigrantes advindos da Bolívia, Haiti e Venezuela, três países que enfrentam situações política e socioeconômica deveras complicada. As pesquisas em curso no Brasil e voltadas para compreender a realidade desses sujeitos apontam para as baixas remunerações, para as extensas jornadas de trabalho, para a ausência de proteção sociojurídica, entre outros fatores. Inclusive, multiplicam-se as denúncias de trabalhadores migrantes exercendo atividades em condições análogas à escravidão, muitas vezes sob a direção de grandes (e conhecidas!) lojas de departamento (Cf. por exemplo, CÔRTEZ; SILVA, 2014). Como, em geral, esses sujeitos já se encontram em situação de pauperismo absoluto, não apresentam resistência à inserção em postos de trabalho mais precarizados.

De fato, cremos que os trabalhadores migrantes têm uma importância decisiva para compreender camada latente do EIR nos dias que correm. Em âmbito geral, poderíamos fazer referência – sem exaurir os exemplos possíveis – ao que vem sendo denominado *Lavoro negro* na Itália, para dar visibilidade à situação dos imigrantes incumbidos de atividades extremamente precarizadas. Em se tratando da realidade brasileira, merece destaque a situação dos haitianos que, em nosso país, inserem-se na indústria frigorífica avícola, embalados por péssimas condições e relações de trabalho.

Ainda no que tange à realidade brasileira, a pesquisa realizada por Côrtes e Silva (2014), com migrantes das regiões da Bolívia e Paraguai que trabalham no ramo de confecções em São Paulo, merece destaque. Os autores apontam a realização de jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais, cumpridas, fundamentalmente, nas próprias residências desses sujeitos (em geral de modo improvisado) e em ritmos bastante intensos. Além disso, indicam que, nesse segmento laboral, prevalece sobretudo o trabalho realizado por jovens em múltiplas articulações com





os segmentos familiares proporcionando renda de até 1 salário mínimo (CÔRTEZ; SILVA, 2014).

A partir das informações apresentadas, podemos entender sob que condições os trabalhadores imigrantes e, portanto, uma parcela significativa da camada latente do EIR, têm desempenhado suas atividades no Brasil, evidenciando aspectos interessantes para perfilá-los.

Por fim, cabe fazer menção à chamada superpopulação estagnada. Na descrição que faz, Marx (1989) reporta este segmento aos postos de trabalho mais irregulares. Em seu texto, Harvey também procura conceituar esta camada, momento no qual discorre: “refere-se aquela parte da população empregada de maneira muito irregular e particularmente difícil de mobilizar” (HARVEY, 2013, p. 268).

Quando nos voltamos a pensar na realidade brasileira, poderíamos questionar: que parâmetros ou eixos poderíamos estabelecer, para pensar sobre os postos de trabalho irregulares, num contexto em que, com a Reforma Trabalhista⁷, se alastram, de forma regulamentada e institucionalizada, os vínculos de trabalho intermitente, terceirizado e autônomo – que são, por si, formas de trabalho fortemente marcadas pela irregularidade, precarização e flexibilização?

Assim, a chave para compreender a conformação da camada estagnada do EIR na realidade brasileira está na observação de um conjunto de trabalhadores que realizam suas atividades no âmbito da informalidade ou mesmo da *ilegalidade*. Isso porque, como esclarecem Krein e Oliveira (2019), ainda que a classe dominante tenha ao seu dispor formas ultraflexíveis de contratação dos trabalhadores, a possibilidade de não recorrer a elas continua sendo um fato – desde que a mesma consiga garantir maiores taxas de lucro com as outras modalidades de trabalho.

Há, assim, um expressivo contingente de trabalhadores inseridos em deletérias relações de trabalho, cujos proventos são extremamente reduzidos, trabalhando sem atender a nenhum dos requisitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sobretudo sem inscrição na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Nas palavras de Filgueiras (2019), a reforma trabalhista instaurada no Brasil não cumpriu a promessa de legalização/regulamentação das relações de





trabalho, ao contrário, ela estimulou “[...] a ilegalidade, seja com o assalariamento disfarçado, seja com o emprego explicitamente informal dentre outras razões, por restringir o acesso dos trabalhadores à Justiça” (FILGUEIRAS, 2019, p. 44).

No marco do trabalho informal ou ilegal, os quais, muitas vezes, ocorrem de maneira combinada, o nível de precarização e o padrão de reprodução dos trabalhadores é ainda mais rebaixado. De toda forma, é preciso “[...] compreendê-la como sendo uma *inserção possível* de uma parcela crescente de trabalhadores/as, em estreita conexão com o mundo formal e com o sistema capitalista”. (DURÃES, 2011, p. 55)

Não nos interessa, nesse momento, determo-nos em uma análise mais aprofundada sobre a informalidade, as polêmicas e perspectivas teóricas que se relacionam com a noção⁸, mas sim pontuar algumas características que, de modo geral, nos auxiliam a qualificar os trabalhadores inseridos em relações de trabalho informal no Brasil e que, portanto, constituem parte relevante da camada estagnada do EIR em nossas terras.

Uma das características marcantes desses sujeitos diz respeito à ausência de registros para orientar as relações de trabalho estabelecidas, mesmo os mais basilares. Em geral, estas relações são firmadas com base em “contratos verbais” que não oferecem nenhuma garantia e segurança aos trabalhadores.

Os trabalhadores que dinamizam a camada estagnada do EIR, exercem as mais variadas atividades ou como qualificou Silva (2011), múltiplas “virações”. Isso implica pensar em um trânsito indefinido e indeterminado de ocupações, estabelecidas a partir das oportunidades e das necessidades cotidianas, ainda que, muitas vezes, articulando o legal, o ilegal e o ilícito. Assim, esses trabalhadores transitam “[...] nas fronteiras imprecisas do informal e do ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias” (TELLES, 2011, p. 160).

Sobre as atividades ilícitas e ilegais, a pesquisa de Telles (2011) relata a situação de uma dona de casa que, sem carteira assinada, realiza faxinas em diferentes residências a cada semana, mas que se envolve também em outros tipos de atividades, desde a venda de CDs pirateados até o transporte de cocaína pela cidade de São Paulo.





Outra situação interessante é resgatada pela pesquisa de Durães (2006, 2011), especificamente ao se referir ao traslado de mercadorias realizado pelos chamados “sacoleiros”, *algo ilegal, mas extremamente funcional ao capital*. Durães (2011) denomina-os como *trabalhadores gratuitos*, tendo em vista que, ao transportarem as mercadorias de um lado para o outro, distribuindo-as entre os consumidores, esses sujeitos contribuem para a redução dos custos com a circulação que deveriam ser despendidos pelo capital industrial.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido pela camada estagnada do EIR é fortemente marcado por um contexto de ameaças constantes. Eles estão sujeitos a todos os tipos de repressão policial, violência urbana, fiscalizações – caso muito comum entre os vendedores ambulantes, a exemplo de Vânia, trabalhadora da região do Brás em SP, que se vê obrigada a despende recursos financeiros (propinas) para manter ativa a sua atividade, implicando uma redução dos já incertos rendimentos obtidos com o trabalho, tal como relata a pesquisa de Carlos Freire da Silva (2011).

Assim, a camada estagnada do EIR vive em uma condição de invisibilidade que só é “quebrada” quando o Estado com seu braço policial toma conhecimento das ações “ilegais” por eles praticadas. *A invisibilidade do trabalhador que ocupa os postos mais irregulares e instáveis*, permeados por carências e dificuldades de todas as ordens, só se transforma em *visibilidade* quando, supostamente, ameaçam a ordem.

Essa camada do EIR é bastante expressiva. Ainda que uma mensuração quantitativa dos trabalhadores informais não constitua tarefa simples (entre outros fatores pelas metodologias adotadas e pela constante fluidez entre os espaços formais e informais), a realidade empírica mostra-nos um avanço significativo desses sujeitos, inseridos nos mais diversos espaços e empenhados em distintas ocupações.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, estima que aproximadamente 40% dos empregos não agrícolas existentes nos países em desenvolvimento são demarcados pela situação de informalidade (OIT, 2014). Particularmente no Brasil, no tempo recente, a leve queda do desemprego registrada aponta que o fenômeno ocorreu em concomitância com uma





expansão da informalidade. Ao analisar a configuração do mercado de trabalho no Brasil, dados do IBGE revelam que, no primeiro trimestre de 2019, constatou-se uma redução de 3,2% do quantitativo de trabalhadores desempregados, tendo como referência o mesmo período do ano anterior, mas, ao mesmo instante, também detectou-se a elevação do trabalho informal em cerca de 3,6% (também em relação ao mesmo período do ano anterior da pesquisa - IBGE, 2019).

Reafirmamos, então, aquilo que já apresentamos no início desse item. As informações aqui elencadas constituem uma aproximação ao tema, a partir da observação de características e relações que consideramos fundamentais para demarcar os sujeitos que compõe cada uma das três camadas do EIR no Brasil. Por certo, trata-se de um exercício complexo: os trabalhadores dessas camadas estão em um *movimento permanente de passagem-retorno, de trânsito constante e acelerado em cada uma delas...*

Diante desse contexto, como classificar, por exemplo, o imigrante boliviano que trabalha na indústria de confecções em São Paulo, exercendo atividades terceirizadas, com todas as características daí decorrentes, mas, ao mesmo tempo, disfarçadas pela existência de um CNPJ (requisição das empresas para dotar os sujeitos de “autonomia”, livrar-se de qualquer relação de trabalho estabelecida)?

Esta situação nos remete a pensar na disponibilidade global da força de trabalho, disposta a ocupar determinados postos de trabalho (camada latente), inserida em relações de trabalho terceirizadas e/ou autônomas (camada flutuante), mas sujeitos a todo o tipo de desventuras e inseguranças nas relações estabelecidas (camada estagnada).

Tecer estas informações é importante para expormos que o nosso interesse em tentar uma aproximação das configurações atuais das camadas do EIR no Brasil não se pauta por uma perspectiva engessada, mecanicista ou rígida. Inclusive, porque esse não é o tratamento que encontramos na obra de Marx. Em Marx, não se pensa sobre as camadas do EIR como “tipos ideias”, ao contrário, elas são estabelecidas a partir das relações dialéticas e contraditórias engendradas pelo próprio modo de produção capitalista.



Considerações Finais

No Brasil, diante das formas de trabalho disseminadas com a reforma trabalhista, podemos afirmar que a linha tênue a “separar” as camadas do EIR se afunilam progressivamente, exponenciando as contradições do modo de produção capitalista e a tendência gestada por esse sistema na direção de uma *precarização estrutural do trabalho*. Assim, as camadas do EIR estão inseridas em relações de trabalho extremamente deletérias, ainda que possuam, por certo, especificidades e intensidades diferenciadas, assim como também múltiplos desafios no que tange à organização política, pondo e repondo as contradições do sistema de metabolismo social orquestrado pelo capital.

Diante do exposto, entendemos que a expansão do Exército Industrial de Reserva vem se dando acompanhada pela generalização da precarização laboral, conformando, no Brasil, uma nova morfologia do trabalho, assentada em inéditos elementos não apenas quantitativos mas, também, qualitativos, os quais precisam ser tomados em análise quando se pensa na demarcação das camadas que constituem esse exército de trabalhadores em *status* de reserva, bem como na nas formas de emprego, desemprego e subemprego relacionadas diretamente com elas.

Vige, por isso mesmo, a necessidade de perceber como as relações de trabalho estão sendo estabelecidas no atual tempo histórico e, também, como convivem os diferentes modos de inserção sociolaboral, a fim de que essa nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora brasileira possa ser corretamente desenhada.

Referências

- ALVES, Giovanni. *A Tragédia de Prometeu*. A degradação da pessoa humana que trabalha na era do capitalismo manipulatório. Bauru-SP: Canal 6 Editora, 2016.
- BARROS, Albani de. (2018). *Prekärer*: análise dos fundamentos da precarização do trabalho a partir da crítica da economia política. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 245 folhas.
- BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

- BEZERRA, Aline Crisnir Torres. (2017). Uber: a gestão do relacionamento em novos modelos de negócio. Monografia. Graduação em Relações Internacionais. UFPB, João Pessoa: Paraíba.
- CHAN, Jenny; PUN, Ngai; SELDEN, Mark. A política da produção global: Apple, Foxconn e a nova classe trabalhadora chinesa. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CÔRTEZ, Tiago Rangel; SILVA, Carlos Freire da. Migrantes na costura em São Paulo: paraguaios, bolivianos e brasileiros na indústria de confecções. In: *TRAVESSIA-Revista do Migrante*, n.74, jan/jul, 2014.
- DURÃES, Bruno José Rodrigues. (2006). *Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- _____. (2011). *“Camelô de tecnologia” ou “Camelô Global”*: novas formas de expansão do capital na rua. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.
- ENGELS, Frederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FÉLIX, Gil. Circulação e superexploração do trabalho: agenda de estudos da condição proletária contemporânea. In: Felix, Gil; Guanais, Juliana. (Org.). *Superexploração do trabalho no século XXI: debates contemporâneos*. 1ed. Bauru: Práxis, 2018, v. 1, p. 127-163.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KEIN, Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Orgs.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.
- GRANATO NETO, Nelson Nei. (2013). *Exército Industrial de Reserva: Conceito e mensuração*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. UFPR, Curitiba, Paraná.
- HARVEY, David. *O Enigma do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/ Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil*. 2019. Disponível em: <ftp.ibge.gov.br> >

- pnadc_201201_201603_trimestre_novos_indicadores. Acesso em: 10 ago. 2019.
- KEIN, Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para além do discurso: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação In: KEIN, Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Orgs.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Introducción a la economía política*. Ediciones Internacionales Sedov, s/a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1989 (Livro 1, volume 1).
- _____. ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MODA, Felipe Bruner. *O trabalho dos motoristas da Uber: uma descrição densa e algumas análises*. 2019. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC56/MC561.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- OIT. *Políticas de emprego para uma recuperação e desenvolvimento sustentáveis. Debate recorrente no quadro da Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SILVA, Carlos Freire da. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel et. al. (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SILVA, William Bezerra da. *NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS MOTORISTAS DA UBER COM A EMPRESA: um estudo na cidade de São Luís -MA*. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2018.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel et. al. (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Notas

1 Marx (1989) denomina composição orgânica do capital, a simbiose estabelecida entre o valor e a massa/técnica empregados na relação entre capital constante e capital variável, ou seja, o quanto é investido em maquinaria, equipamentos e força de trabalho (soma dos salários) por um lado, e, por outro, na quantidade de trabalho a ser mobilizada para pôr em funcionamento todas as parafernálias da burguesia. [VOLTAR]

2 Falamos em camadas principais, pois, no espaço dedicado ao estudo dessa composição de sujeitos, Marx (1989) também chama atenção para um conjunto de indivíduos fortemente assolados pela miséria e pelo pauperismo. Trata-se de um conjunto de homens e mulheres aptos para o trabalho, órfãos, indigentes e aqueles totalmente incapacitados para o trabalho. O pensador alemão os denomina de lumpemproletariado. Eles constituem, em suas palavras, “[...] o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1989, p. 747). [VOLTAR]

3 Neste trabalho, quando utilizarmos a expressão “reforma trabalhista” estaremos aludindo ao que, em verdade, representa uma contrarreforma, como qualificou Elaine Behring (2003). Esta autora lembra que, historicamente, o termo “reforma” esteve associado a uma perspectiva progressista, relacionada a um conjunto de defesas pensadas por setores dos movimentos de trabalhadores e, em especial, da social-democracia, com vistas à melhoria das condições de vida dos sujeitos, tal como se sucedeu com a instalação do Welfare State, nos chamados 30 anos gloriosos. Nos dias que correm, há uma utilização político-ideológica do termo por parte dos setores dominantes que reivindicam a necessidade de realizar reformas que, ao fim e ao cabo, expressam a desestruturação de direitos. [VOLTAR]

4 Como sabemos, os critérios e procedimentos metodológicos empregados para a sistematização de dados do IBGE são alvo de crítica de alguns intelectuais, sobretudo pela avaliação de que, muitas vezes, tais metodologias não permitem dimensionar fielmente aspectos da realidade analisada. Todavia, ainda assim, nos oferecem pistas e indicativos importantes para avançar nas investigações empreendidas. [VOLTAR]

5 Compreendendo as pessoas em idade de trabalhar, a partir dos 14 anos de idade. [VOLTAR]

6 Um exemplo mais particular poderia ser mencionado a partir da proletarização dos camponeses chineses, desencadeada a partir da atuação da empresa terceirizada Foxconn naquele país, tal como revela a pesquisa de Chan, Pun e Selden (2019). [VOLTAR]

7 E mesmo antes dela. [VOLTAR]

8 Muito embora devamos tomar como ponto de partida, para esse debate, o entendimento de que, entre nós, a forte presença do trabalho informal não constitui nenhuma novidade; ao contrário, trata-se de um fenômeno sempre presente na realidade brasileira, enquanto país que não logrou generalizar o trabalho assalariado formal. Em seus estudos, Francisco de Oliveira (2003) estabelece uma crítica à concepção de informalidade erigida a partir da perspectiva dual-estruturalista cepalina, que compreendia, muitas vezes, o setor informal como algo completamente distinto do que seria o “formal”, ou ainda, como uma atividade não tipicamente capitalista. Nessa direção – e em contraposição a esses argumentos –, Oliveira sustenta que a informalidade é “peça” fundamental para entender os direcionamentos da economia latino-americana e, por isso mesmo, não se deve nela pensar a partir de uma apartação entre o “moderno” e o “arcaico” mas, sim, tendo em conta a funcionalidade que estas relações arcaicas apresentam para a manutenção e desenvolvimento do capitalismo. Em suas palavras: “[...] de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado [...] o subdesenvolvimento é uma produção da expansão do capitalismo” (OLIVEIRA, 2003, p. 32 - grifos do autor). Na mesma perspectiva de Oliveira (2003), outra importante estudiosa é Tavares (2004), cuja obra apresenta apontamentos interessantes para compreendermos o significado da informalidade no Brasil contemporâneo. [VOLTAR]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em setembro de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).